

IDEIAS SOBRE TRADUÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO EM PORTUGAL (1934-1974)

Teresa Seruya*

CECC-Centro de Estudos de Comunicação e Cultura/Universidade Católica Portuguesa

RESUMO: Depois de caracterizar o Estado Novo como ditadura e a instituição da Censura, esclarece-se o conceito de “ideias sobre tradução” e explica-se quem são os agentes da tradução nessa época, a partir dos quais podemos sistematizar essas ideias. Os três considerados mais representativos foram o Grémio Nacional de Editores e Livreiros (GNEL), através da sua publicação *Livros de Portugal*, a Comissão de Censura ao Livro, que funcionou entre 1934 e 1974, produzindo para cima de 10.000 relatórios e, por fim, o próprio Secretariado Nacional da Propaganda (SPN), rebaptizado Secretariado Nacional da Informação (SNI), que promoveu oficialmente, e em estreita ligação com Oliveira Salazar, a tradução de discursos deste para várias línguas europeias. Apresentam-se e comentam-se as ideias que circulavam sobre tradução nessas três instâncias.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução, Censura ao Livro Estrangeiro, Estado Novo, Ideias sobre Tradução

1. Introduções

1.1 Estado Novo: fascismo ou ditadura

Tendo em vista o tema do presente número da revista *Translation Matters*, importa precisar, à partida, a natureza do regime que se viveu em Portugal entre as décadas de 30 e 70 do século XX. Em Portugal, os poucos anos de duração da primeira República (1910-1926) foram muito instáveis a todos os níveis e terminaram com o golpe de estado que conduziu a uma ditadura militar nos sete anos seguintes (1926-1933). Em 1933, a aprovação da nova Constituição, base legal da mais longa ditadura na Europa Ocidental do século XX, representou o momento fundador do Estado Novo, como se autointitulava o regime. Foi o próprio Oliveira Salazar quem governou como Primeiro-Ministro de 1932 a 1968, ano em que foi substituído por Marcelo Caetano, devido a problemas de saúde. Durante mais de uma década, o Estado Novo foi contemporâneo do Nacional-Socialismo alemão (que encontrou seguidores em Portugal entre alguns políticos e, particularmente, em organizações de juventude) e do Fascismo italiano. Quanto à situação em Espanha, o apoio oficial de Portugal foi acordado com Franco, durante e após a Guerra Civil (1936-1939), o que não surpreende, tendo em conta que o inimigo comum era o comunismo.

Durante muito tempo gerou polémica determinar se o Estado Novo deveria ser considerado um regime fascista, assunto discutido principalmente à luz de posições políticas (depois de 1974, antigos opositores ao regime referem-se-lhe sempre como um período fascista). Presentemente, após prolongadas pesquisas de ordem histórica e sociológica, existe algum consenso em que o regime português era uma ditadura, mas que não condizia na íntegra com as características dos fascismos europeus (por exemplo, a União Nacional, partido único fundado em 1930, não era um partido fascista, além de que não havia antissemitismo organizado e programático; ver Pinto, 1994).¹ Logo em 1930, o

* tmserya@netcabo.pt

¹ Costa Pinto (entre outros) reserva a designação “Fascismo português” para o Movimento Sindicalista Nacional, com base no *Integralismo Lusitano*, movimento intelectual e político fundado em vésperas da I

próprio Salazar se referiu à Ditadura como “fenómeno da mesma ordem dos que, por esse mundo, nesta hora, com parlamentos ou sem eles, se observam, tentando colocar o Poder em situação de prestígio e de força contra as arremetidas da desordem, e em condições de trabalhar e de agir pela Nação” (Salazar, 1935, p. 73).

Alguns anos mais tarde, em 1936, deixou muito claro o que pretendia serem as características do “Novo Estado Português”: “Somos anti-parlamentaristas, anti-democratas, anti-liberais e estamos determinados a instituir um Estado corporativo” (Salazar, 1939, p. 29, minha tradução²). A polícia política, reprimindo desvios de ordem política, social e moral, a propaganda oficial, preocupada principalmente com uma identidade nacional e com a imagem do regime no estrangeiro, e ainda a censura institucionalizada eram os instrumentos cruciais na implementação das políticas do regime. Alguns historiadores mencionam também o “catolicismo social” como a base espiritual do pensamento e da actuação de Salazar.³ A nação identifica-se como cristã e católica, o que ainda hoje é verdade: de acordo com um levantamento sobre a identidade nacional levada a efeito pelo Programa Internacional de Exame Social em 2008, 68,5% dos portugueses inquiridos disseram que ser português era ser católico.⁴

1.2 O que são e como investigar “ideias sobre tradução”

A tradução tem uma óbvia vertente socioinstitucional, que será central na nossa abordagem. Theo Hermans (1997, p. 5) chamou-lhe a “face pública” da tradução.⁵ Ela começa por ser uma “entidade social”, inclui uma forma de comportamento chamada “traduzir”, um significado codificado em dicionários, actividades profissionais chamadas “tradução”, organizações representativas dos tradutores, escolas de formação de tradutores etc. (Hermans, 1997, p. 5). Propomos que inclua também o que poderíamos designar de “ideias dominantes sobre tradução” que circulam numa cultura. Os pilares dessas ideias são os agentes da tradução. Como bem comentaram Milton e Bandia (2009, p. 1), agentes da tradução são não só aquelas pessoas que estão “numa posição intermediária entre um tradutor e o utente final duma tradução”, mas também os próprios

Grande Guerra, cuja “inspiração mais óbvia” era a *Action Française* de Charles Maurras (Pinto, 1991, p. 238). Após algumas tentativas falhadas de um compromisso com Salazar, os Camisas Azuis, nome por que eram conhecidos os “integralistas”, foram proibidos em 1934, tornando-se parte da oposição ao regime (ver o Capítulo 5 em Pinto, 1994). Irene Pimentel (2018, pp. 13-18) dedica algumas páginas do primeiro capítulo da sua obra *Inimigos de Salazar* ao Integralismo Lusitano.

² Texto introdutório de Salazar para a edição inglesa dos seus discursos, *Doctrine and Action* (1939, pp. 9-49), assinado Oliveira Salazar, com a data 1936.

³ De acordo com Jaime Nogueira Pinto (2007, pp. iv-v), a primeira fonte de influência no pensamento de Salazar foi a “democracia orgânica” ou “democracia cristã”, visão do mundo a partir de uma posição religiosa e cujo *corpus* doutrinal era constituído pelas encíclicas papais da segunda metade do século XIX. Os seus inimigos eram o laicismo, a livre-maçonaria, o anticlericalismo, o internalismo, o comunismo, o governo democrático. Não podemos esquecer que Salazar tinha uma lembrança intensa do que fora a perseguição aos católicos e à Igreja Católica durante a primeira República entre 1910 e 1926.

⁴ Ver *Jornal Público*, 2008, p. 6.

⁵ Todas as traduções para português são da minha autoria. Quando assim não for, estará devidamente assinalado.

tradutores, e ainda jornais, revistas ou instituições que podem, todos eles, desempenhar os papéis mais diversos na disseminação do conhecimento de textos estrangeiros.

Em trabalhos anteriores (reunidos em Seruya, 2018), demos já um panorama muito geral das principais tendências da (muito abundante) tradução de literaturas estrangeiras, publicadas em livro, entre os anos 40 e os anos 70 do século XX, com base na informação disponível na base de dados *Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: a critical bibliography* (CECC e CEAL/ULICES, 2020). Neste contexto verificaram-se algumas tomadas de posição sobre tradução da parte de organizações de editores e livreiros, que agora recordaremos, pois são reveladoras de uma das imagens da tradução na época em causa. Acresce que alguns tradutores, porventura os mais visíveis, também escreveram sobre o seu ofício (como Paulo Quintela ou Jorge de Sena, entre outros; ver Pais, 1997, pp. 172-198). Daremos conta sobretudo do que escreveram os censores da Comissão de Censura ao Livro sobre tradução nos seus relatórios sobre livros estrangeiros, traduzidos ou candidatos à tradução. Por fim, referir-nos-emos à tradução oficial que o regime promovia da obra escrita de Salazar, integrada na estratégia de propaganda do Estado Novo no estrangeiro.

2. Ideias sobre tradução entre editores e livreiros⁶

O campo da tradução no Estado Novo compreende, além da literatura (em sentido lato, sem uma hierarquia de géneros), a tradução de temas das ciências sociais e humanas, a tradução em todos os campos das ciências naturais e da tecnologia, os filmes (a prática da legendagem, bem como os “cortes” impostos pela censura; ver António, [1978] 2001), os espectáculos de teatro (Cabrera, 2013; Santos, 2004) e as traduções publicadas em jornais e revistas e na rádio. Adiante consideraremos o caso específico da tradução dos discursos de Salazar para línguas estrangeiras. Porém, no presente estudo, consideraremos apenas a literatura traduzida, publicada em livro.

Não restam dúvidas de que editores e livreiros, por um lado, e, por outro, críticos e escritores na imprensa e em revistas de prestígio estavam conscientes da forte presença de traduções no mercado. As ideias sobre tradução que manifestavam variavam conforme os seus interesses específicos. Os editores e livreiros queixavam-se da insuficiência e da baixa qualidade da produção interna (Seruya, 2005, p. 39), opinião partilhada, curiosamente, pelo próprio Salazar que lamentava a falta de talento artístico nacional:

Agrada-me tudo o que é belo e inteligente e lastimo que Portugal seja neste momento tão pobre no campo das artes. Sinto-me muito satisfeito com os progressos realizados pelos nossos escultores e decoradores mas, há que admiti-lo, não possuímos hoje grandes pintores nem arquitectos que tenham feito escola e tanto o teatro como a produção literária não conseguiram alargar os seus horizontes. (Salazar, citado em Garnier [1952], p. 191).⁷

⁶ Recupero nesta secção partes do que está publicado em Seruya (2018, pp. 87-91).

⁷ Christine Garnier era uma conhecida jornalista francesa que entrevistou Salazar por diversas vezes e com quem chegou a ter fortes laços de amizade. O livro *Férias com Salazar* foi publicado pela primeira vez em 1952 e foi objecto de várias reedições até ao presente.

Em contrapartida, escritores e críticos olhavam muitas vezes a tradução como um meio de internacionalizar a vida literária e as preferências literárias em Portugal (por exemplo, Simões, 1937).

Na primeira metade dos anos 40, a tradução era um facto visível, embora não fosse encarada por todos como uma benção – “Epidemia de traduções” (1943) é o título de um artigo publicado na revista mensal *Ocidente*, denunciando os “impulsos desnacionalizadores” e a “preguiça mental” que o aumento de traduções revelava.⁸ E não só o número de traduções era notoriamente elevado, lamentava a *Ocidente*, como também nem sempre era muito recomendável o respectivo caminho para o mercado (‘Epidemia de traduções’, 1943, p. 2). Aquilo que era considerado concorrência desleal levou o Grémio Nacional de Editores e Livreros (GNEL) a criar um “Estatuto de traduções” (1943, pp. 15-16).⁹ No preâmbulo estava descrito, com toda a clareza, um dos aspectos problemáticos da situação: “as traduções de uma mesma obra são publicadas, ao mesmo tempo, por diferentes editoras” (‘Estatuto de traduções’, 1943, p. 5). No sentido de obviar a tal situação, o GNEL exigia dos editores a relação de livros do domínio público que quisessem publicar nos doze meses seguintes (Artigo 1). A partir desta informação, o GNEL organizava um ficheiro com todos os pedidos e decidia de acordo com a ordem de apresentação (Artigo 3). Em caso de duplicação, os editores concorrentes tinham de decidir entre si qual deles iria publicar a tradução, e tudo “com o intuito de evitar concorrência comercial” (Artigo 4) – que era contrária à doutrina económica de um Estado corporativo. Um outro artigo dos estatutos deixa transparecer, de modo involuntário, qualquer coisa sobre o estado da arte na publicação de traduções: exige que os livros traduzidos incluam dados sobre o título original e, “na falta dele, o título da tradução francesa ou inglesa” (Artigo 11). Eis uma exigência que, pela negativa, revela o desrespeito pelas obras originais, confirmando, por outro lado, quais as línguas intermediárias do grande número de traduções indirectas presentes na cultura portuguesa.

Nos anos 60, a visão negativa da tradução não se alterara substancialmente. Um editorial dos *Livros de Portugal* de 1960 inclui um depoimento notável, da responsabilidade de dirigentes dos editores e livreiros, dando conta da opinião negativa sobre a tradução de literatura, considerada muitas vezes “incrivelmente” infiel ao original e imputável à incompetência linguística dos tradutores. Por um lado, cortes, acrescentos, reinterpretações premeditadas e, por outro, o português incorrecto e a falta de respeito pelo valor estético do texto eram alguns aspectos da prática da tradução em vigor, que tinham de ser encarados pelas editoras como um problema. De igual modo, a imprensa regional registava e comentava o reduzido número de leitores – ou, pelo menos, de leitores que escolhessem “boa” literatura (já que outros géneros gozavam de um público vasto). Num artigo da imprensa regional reeditado nos *LP*, reza assim o lamento: “A Península Ibérica está a tornar-se um paraíso para os comerciantes de má literatura”, nomeadamente

⁸ A ideia de que a tradução exerce influência negativa em qualquer literatura nacional não é nem original nem específica de Portugal, como se pode ver, por exemplo, em Korpel (1993, pp. 116-119).

⁹ *Livros de Portugal* (doravante *LP*) era a revista mensal do GNEL.

de “coleções de livros pequenos e baratos (...) tão mal escritos, com tanta falta de imaginação e de sensibilidade artística, que constituem um perigo permanente” (Silva, 1967, p. 15). Silva referia-se provavelmente ao elevado número de livros do Oeste americano, policiais, romances e novelas sentimentais e de guerra, na sua maioria provenientes de Espanha e da Grã-Bretanha, dos Estados-Unidos também, que invadiam o mercado português desde os anos 40.¹⁰ Havia ainda a preocupação de que cinema, futebol e televisão já fossem a forma preferida de passar os tempos livres: “O livro, esquecido, descansa a lombada nas estantes empoeiradas” (Silva, 1967, p. 17). Finalmente, o preço do livro era considerado demasiado elevado para muitos; os jornalistas da época depositavam grande esperança nas publicações em brochura (Pereira, 1967, pp. 13ss.).

Como se viu, a qualidade das traduções – que mostravam tendência para vender mais exemplares por título do que livros portugueses (ver *LP*, n. 108, 1967) – começava então a ser discutida com maior abertura. Segundo alguns, as traduções até já detinham a maior quota na produção livreira (Rosa, 1968, p. 17). Em 26 de fevereiro de 1969, o vespertino diário *A Capital* publicava um estudo junto de editoras e tradutores “para clarificar o papel dos tradutores na vida cultural portuguesa”, nomeadamente, “o problema das traduções” (*LP*, n. 123, 1969, pp. 14-15). As respostas de editoras tão relevantes na publicação de traduções como a Ulisseia, respostas que vêm reproduzidas na *LP*, demonstram a preocupação com a baixa qualidade das traduções, atribuindo-a a problemas de selecção de tradutores (*LP*, n. 123, 1969). Este é um ponto significativo, na medida em que indicia uma maior consciência da necessidade de qualificação dos tradutores, em vez da prática corrente da selecção casuística ditada pela pressão comercial. Logo no início da década, os editores perceberam que traduzir não era uma profissão regulamentada, que não havia tradutores profissionais e que traduzir, regra geral, não dependia de motivações culturais, era, sim, um meio extra de aumentar o rendimento de cada um (*LP*, n. 19, 1960, p. 2).¹¹ No final da década, ainda tentavam aumentar o prestígio da actividade e dos seus agentes. Só na segunda metade dos anos 60 começou a formação de tradutores ao nível universitário, pelo que talvez se possa vir a considerar os anos 60 como uma viragem na oferta de tradutores (profissionais) em Portugal.

Durante o período em análise no presente estudo, os tradutores de literatura são, para além de um grande número de pessoas anónimas (como é o caso de tradutores de livros espanhóis e ingleses no campo do romance de aventuras e da novela sentimental), escritores e personalidades de renome: Aquilino Ribeiro, José Saramago, Maria Lamas, Fernanda Botelho, Urbano Tavares Rodrigues; poetas como Vitorino Nemésio, Jorge de Sena, Alexandre O’Neill, Ruy Belo, Ramos Rosa; pintores como Lima de Freitas, entre

¹⁰ Em 1968 este tipo de literatura era descrito n’*O Século*, um dos jornais diários oficiais, como sendo “literatura deformante e altamente perigosa”, em especial porque se dirigia a crianças e jovens (*LP*, n. 116, 1968, pp. 22-23).

¹¹ Esta justificação para o recurso a traduções da parte de muitos não é novidade na história da tradução e é, decerto, uma das razões para a falta de prestígio muitas vezes ligada a esta actividade no nosso país.

muitos outros. Também se encontram tradutores vindos de outras áreas de actividade, por exemplo, o sociólogo Vasco Pulido Valente ou o filósofo Agostinho da Silva (Pinho, 2006).

3. Ideias sobre tradução na Censura¹²

Em termos da Censura institucionalizada (Decreto-Lei nº 22469/1933), a década de 30 começa a partir de 1934, com a criação da Comissão de Censura ao Livro, nacional e estrangeiro. Ao contrário do que acontecia com a Imprensa e publicações periódicas, ou até com espectáculos, os livros não estavam sujeitos a censura prévia. Chegavam à Comissão por confisco pela polícia política PIDE, por denúncia dos Correios, da alfândega ou da Polícia Civil (PSP) e, por vezes, também através dos próprios editores que não queriam arriscar investimentos inúteis. Eram, depois, objecto de um relatório individual, numerado pelos censores, com uma proposta sobre o destino do exemplar (proibido, autorizado, autorizado com cortes), que podia ser ou não validada pelo Director do Serviço.¹³ Referir-nos-emos apenas aos livros estrangeiros, eventuais candidatos à tradução, ou a obras traduzidas, pois evidentemente que só nestes casos descortinamos quais as ideias sobre tradução dos censores (e é apenas este o tema do presente trabalho). Apresentaremos alguns casos mais eloquentes de relatórios que se referem à tradução ao longo das quatro décadas em que a Censura vigorou.

Aos censores não interessava a tradução nem como processo nem como produto, mas apenas a sua função, isto é, o seu efeito nos destinatários. É que a tradução permite o acesso aos textos por muitos leitores e resulta, portanto, num acto democrático, pelo que é considerada um “perigo social” (expressão do R 374/1937).¹⁴ Como tal só pode ser receada. Para os censores, os livros, em geral, dirigem-se a muitos, “às massas”, ou às elites, neste caso a maioria das vezes quando estão escritos em francês ou inglês, pelo que serão lidos por poucos (interessante indício sobre o conhecimento de línguas estrangeiras no Portugal desses tempos). Se se destinam a muitos representam um perigo. Ao critério do número reduzido de potenciais leitores (elites) junta-se o do “livro científico” ou “de carácter técnico”, candidato sempre à aprovação, e bem assim o seu corolário, a alegada objectividade dos conteúdos. Há um livro que “não é acessível a todas as inteligências”, por isso é autorizado mesmo com temática suspeita (livro francês sobre mitos socialistas, R 398/1937). Um livro francês da autoria de Estaline (R 748/1939) é considerado um livro com “carácter técnico”, que o torna “pouco acessível às grandes massas”, mas acaba proibido porque o censor não vê “vantagem na sua divulgação, a não ser como elemento

¹² Escreveremos Censura (com maiúscula) sempre que nos referirmos a esta censura institucionalizada.

¹³ Os relatórios a citar serão identificados com um R, seguido do respectivo número e ano. Os originais encontram-se no acervo do Secretariado Nacional da Informação (SNI), guardado na Torre do Tombo, em Lisboa. Do total de 10.011 relatórios deste acervo elaborados entre 1934 e Abril de 1974, 22,4% estão em falta.

¹⁴ Esta visão da tradução não é exclusiva de Portugal nem de uma ditadura. Ver os estudos de Denise Merkle (2009, pp. 85-105) e de Carol O’Sullivan (2009, pp. 107-129) sobre dois famosos editores da era vitoriana em Inglaterra (respectivamente Vizetelly and Company e Henry G. Bohn), vítimas de mecanismos censórios por tentarem introduzir no mercado traduções de obras consideradas socialmente disruptivas ou moralmente ousadas.

de estudo, pelo que só poderia ser confiado a quem não fosse influenciável pela sua leitura”. Quando “só pessoas cultas podem interessar-se pela sua leitura” (R 751/1939), um livro é aprovado. E porquê? Porque essas não mudam de opinião só por lerem um livro: sobre os *Études socialistes* de Jean Jaurès (1859-1914), obra publicada em final do século XIX, diz-se exemplarmente: “Livro de doutrina socialista que pelo preço, volume e linguagem, não tem inconveniente em continuar à venda; não pode ser lido por toda a gente e o reduzido número daqueles que o compreendem é limitado e a influência no seu espírito em nada modificará as ideias que professam” (R 520/1938). Várias informações se podem retirar deste relatório: que o livro terá sido apreendido numa livraria onde estava à venda, que em 1938 não seriam muitos os portugueses que compreenderiam francês, e há a convicção de que a Censura era totalmente ineficaz para as elites, tanto do regime como da oposição, pelo que uma proibição só fazia sentido se o livro pudesse atingir as “massas” – pela tradução. Já a proibição do livro *Révolutionnaires, où allez-vous?* (R 667/1938), de Jove e Jean Nocher (original publicado em 1935), candidato explícito a tradução, justifica-se porque se destina “às classes pouco cultas”, usando linguagem simples e exemplos “facilmente assimiláveis”. A conclusão é que “uma tradução em língua portuguesa seria inconvenientíssima”. No final dos anos 30, censura-se a condenação da Censura, conforme o relatório sobre *The Press*, de Harry W. Steed:

Preconiza a liberdade de imprensa, de pensamento, da palavra e da crítica. Analisa e condena a acção da censura nos países totalitários. (...) Como obra de estudo não há inconveniente na sua expansão na língua de origem, mas a sua tradução em português não traz vantagem dada a opinião parcial do seu autor. (R811-A/1939)

Para quem tem uma visão de conjunto dos relatórios produzidos ao longo das décadas da Censura, estes primeiros anos lançaram as bases do seu trabalho, isto é, expõem desde logo os critérios de proibição ou aprovação dos livros. São orientações que revelam um alto grau de estabilidade e previsibilidade, portanto também de bastante monotonia na argumentação. O que varia, e torna o trabalho do investigador interessante, são as descrições dos livros e os comentários dos censores. Assim, e voltando ao nosso tema, as ideias sobre tradução dos censores não se alteraram substancialmente com o tempo, as obras chegadas à Censura é que variaram conforme os problemas dominantes em cada altura, a nível nacional e internacional. Por exemplo, no início da década de 60 assiste-se à emergência da questão colonial, como veremos adiante. Assim, destacaremos alguns exemplos marcantes das décadas de 40, 50 e 60.

A década de 40, como é expectável, está muito ligada aos anos da II Guerra e ao período do pós-guerra. Tratando-se, no nosso trabalho, do livro estrangeiro, verifica-se, na sua análise, o quanto a avaliação dos livros reflecte as orientações gerais da política externa de Salazar, resumida na conhecida fórmula da “neutralidade” em relação às partes beligerantes, que passou depois a uma “neutralidade colaborante” em favor dos Aliados (excluindo a URSS, com quem não havia relações diplomáticas). Em conformidade, chegou aos Serviços um número elevado de material propagandístico, sobretudo vindo da Legação

da Alemanha, muito menos das congéneres inglesa e americana (a francesa está praticamente ausente). Com notável sistematicidade e consistência, foram proibidos todos os folhetos propagandísticos que insultassem o adversário; mesmo perante uma facilmente comprovável simpatia pelo regime nazi, podia-se proibir um folheto alemão que criticasse Churchill em termos considerados ofensivos. Também a Igreja Católica e as Nações Unidas sucumbiram à noção de propaganda: a denúncia da perseguição a católicos pelo regime nazi é proibida (R 2149/1943), assim como a denúncia dos campos de concentração e dos horrores praticados pela Gestapo (R 2229/1943), e uma obra sobre a guerra “vista do lado das Nações Unidas” tem o mesmo destino, por ser considerada propaganda (R 2243/1943).

De resto, mantém-se na década a ideia de que não é uma tradução como tal que interessa aos censores, mas apenas o respectivo conteúdo, pelo que continua a haver traduções autorizadas com cortes (R 1151/1940 ou R 1192/1940, em que se impõem cortes a críticas a Hitler, para “salvaguardar a nossa neutralidade”), propostas de tradução expressamente proibidas (R 2240/1943, sobre livro de Marcel Hoden), originais que são aceites mas não a sua tradução (R 2251/1943, sobre obra de Zola que, aliás, acabou por ser autorizada), originais e respectivas traduções que são proibidos (R 2323/1943, sobre obra de Ilya Ehrenburg). Há um caso raríssimo de censura a um tradutor, que resultou na proibição da respectiva tradução: trata-se da carta de um clérigo protestante sueco ao arcebispo de Cantuária, que terá rezado pelos bolchevistas e pela sua vitória, quando os muitos suecos vivendo na Estónia foram perseguidos, justamente pelos bolchevistas. Segundo o relatório, o tradutor (João Manuel da Costa Figueira) extravasou a sua tarefa ao fazer anteceder a sua tradução de “Duas palavras”¹⁵ quando “devia alhear-se destes assuntos que só podem dizer respeito às nações beligerantes” (R 2414/1943). A razão da proibição reside no “ataque a um bispo inglês”, mesmo quando, aparentemente, defende os bolchevistas.

Continua a presença de traduções brasileiras, não avaliadas diferentemente das portuguesas, mas suscitando, por vezes, declarações sobre o “perigo” que representam, caso caiam nas mãos de “pessoas sem uma sólida cultura política”. E esse perigo resulta de que a obra até é “interessante”, e traduzida ainda mais (R 3139/1948, sobre obra de M. Hindus, “O segredo da resistência russa”¹⁶). De facto, era o público alargado que as traduções proporcionavam que inquietava os censores. Assim, uma *Histoire de la Russie*, de Pierre Pascal, foi confiscada pela PIDE, mas os censores autorizaram a sua circulação em Portugal por “estar escrito em língua francesa e, por consequência, não estar ao alcance das classes menos cultas”. A respectiva tradução é expressamente proibida.

Aos “anos de Ferro”, como muitos designam o tempo (1933-1949) em que António Ferro (1895-1956) dominou a política cultural do Estado Novo, seguiram-se os “anos de chumbo”, designação que o historiador Fernando Rosas (1994, p. 408) deu à década de 50

¹⁵ Este livro existe na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e foi publicado pela Editorial Nós, de Braga, em 1943.

¹⁶ Este livro existe na BNP em segunda edição (Rio de Janeiro, 1944).

(1950-1958), pela aparente calma política que se arrastava desde 1949. Derrotados e divididos os oposicionistas após a vitória do General Carmona nas eleições presidenciais, fora restaurada no país a “modorra cinzenta e, à superfície, quase despolitizada de uma vida sem surpresas” (1994, p. 503). A década terminaria com o “terramoto Delgado” e o início da Guerra Colonial em 1961. Quanto aos procedimentos da Comissão de Censura ao Livro, não houve alterações legislativas relevantes nem mudança substancial de critérios na avaliação dos livros estrangeiros, onde volta a predominar o livro francês, agora, porém, tratando predominantemente da temática literária e cultural, com sensível abrandamento da temática política e, também, moral e sexual (ver quadros e detalhes em Seruya e Moniz, 2008, pp. 3-20, reproduzido, em versão portuguesa, em Seruya, 2018, pp. 220-235).

Daremos exemplos de continuidades. É recorrente a ideia de que a tradução aumenta muito o número de leitores, entenda-se, nas camadas “menos cultas” e necessariamente mais numerosas, aí residindo o seu perigo, sobretudo em temática política e sexual. Assim, uma tradução em língua espanhola, vinda de Buenos Aires, da obra do médico e psicólogo britânico Havelock Ellis (1859-1939) *La selección en el hombre*, trazida à Censura pela PIDE, obtém o seguinte parecer:

As obras desta colecção [não é dito qual], embora de fundo científico, visam todas o desenvolvimento e propaganda da orientação materialista da juventude – o que constitui uma das facetas da preparação comunista. É claro que servem aos estudiosos e estão bem nas respectivas bibliotecas. Não devem, contudo, ser vulgarizadas e vendidas numa tradução barata, ao alcance das bolsas que correspondem às camadas menos cultas e para quem a sua leitura pode ser prejudicial. (R4803/52)

Pode depreender-se que a obra era candidata à tradução. Mas o original foi proibido, em nome de outra recorrência, a suspeita de propaganda comunista. Com outro desenvolvimento, volta o argumento de que às elites não adianta negar os livros, porque os podem ler na língua de origem. Não se sabe bem é como é que se seleccionavam os destinatários autorizados a comprar o livro. Veja-se este caso, que deu brado na altura, da obra autobiográfica de Caryl Chessman (1921-1960), um criminoso americano famoso, condenado à morte que, durante a prisão, escreveu, entre outros, *Cell 2455, Death Row*, que chegou a Portugal em tradução francesa em 1956 (*Cellule 2455. Couloir de la mort*). Tratou-se de um libelo contra a pena de morte que correu mundo e agitou consciências. Sobre esta tradução francesa escreveram os censores:

(...) autorizar a sua aquisição aos estudiosos interessados. Com efeito, em mentalidades puras e simples de adolescentes, ou nas de “predispostos” porque desequilibrados em potência, a leitura da obra poderá produzir frutos de malefícios extremos. Sou, portanto, de opinião que não deverá ser permitida a venda livre nos escaparates e que não interessa a tradução, visto que, para todos os que nele podem encontrar matéria de estudo e de

meditação, por força da sua cultura, podem fazê-lo na língua de origem ou nas traduções existentes. (R 5618/1956)¹⁷

No despacho do director da Comissão de Censura da altura, reforça-se o apoio ao texto deste relatório, mas enfatizando a proibição da tradução, afinal pelo seu carácter subversivo: “Dou a minha inteira concordância ao parecer do Sr. Director Adjunto e assim não será permitida a tradução [sublinhado *sic*] no nosso país, nem a entrada nele de traduções em língua portuguesa editadas no Brasil” (R 5618/1956).

Na realidade, manteve-se, nos anos 60, a diferença cultural entre as “elites” ou “os eruditos” e “o povo”, apoiada pelas autoridades que iriam permitir, por vezes contra vontade, a circulação de um livro estrangeiro pela simples razão de ele ter sido editado em língua estrangeira (só conhecida das elites!). Nestas circunstâncias estava a obra de Françoise Sagan, *Les merveilleux nuages*, que circulava em francês mas cuja tradução estava expressamente proibida (R 6944/1961); *Chéri*, da escritora francesa Colette, em tradução de José Saramago, apesar de considerada “uma obra-prima literária”, era “uma das obras mais indignas de publicidade. Mormente em tradução portuguesa, o que facilita a expansão e assimilação do mal intrínseco da obra” (R 8567/1969). O facto de se acreditar que as pessoas “formadas” não eram facilmente influenciadas permitiu que os censores tolerassem a posse de livros proibidos a alguns grupos profissionais: médicos,¹⁸ juristas e pessoas com formação em geral, desde que não fossem “comunistas nem comunizantes” (incluído no veredicto para a obra *Le Congo, terre d’avenir, est-il menacé?*, de Patrice Lumumba, R 6932/1961).

A década de 60 inaugura uma nova fase histórica, com o início da Guerra Colonial em 1961, referido acima. Na Comissão de Censura, o anticolonialismo emerge como uma nova questão. Na maioria dos casos, era considerado “propaganda comunista” (os casos dominantes eram Cuba e a revolução da Argélia), embora houvesse também líderes africanos respeitáveis, como Sékou Touré (R 6473/1959). É raro exporem-se ideias sobre tradução, mas, no contexto do começo das lutas anticoloniais, há um caso digno de citação: trata-se da colectânea de contos do escritor negro Richard Wright (1908-1960) *Os Filhos do Pai Tomás* (*Uncle Tom’s Children*, 1938), publicada pela editora Arcádia (mais de vinte anos depois!), com tradução de Manuel de Seabra. A proveniência não surpreende: “Requisitado para censura”. A obra é considerada “um memorial apologético do racismo negro”, uma obra “nitidamente tendenciosa e parece-me perigosa a sua circulação”, pela época que se atravessa (não se especifica). Quanto ao facto de se tratar de uma tradução, veja-se o poder que o censor lhe atribui:

Esta tradução portuguesa da obra apaixonada de um afro-americano, uma vez difundida entre nós (nomeadamente nas nossas províncias ultramarinas africanas) seria como uma

¹⁷ Sobre o destino desta obra em Portugal, cuja tradução foi expressamente proibida e, mesmo assim, feita e publicada em 1959, ver Seruya et al. (2013), publicado pela primeira vez, com alterações, em Seruya (2018, pp. 306ss, sobretudo pp. 310s).

¹⁸ Na década de 60 foi permitida a circulação de um livro sobre a impotência masculina (*Impotência masculina* de Wilhelm Stekel, numa tradução brasileira), embora “somente destinado à classe médica” (R 8595/1969).

acha ardente lançada na fogueira que já lavra e ameaça a nossa integridade nacional. (R 6636/1960)

O veredicto da proibição “inexorável” começara, porém, no início do relatório, com o louvor de *A Cabana do Pai Tomás*, “valioso e válido documento humano da abolição da escravatura”, que falara ao “coração” e ao “entendimento” do “mundo civilizado e cristão” – de meados do século XIX, que não convinha lembrar!

Além do marxismo/comunismo e do colonialismo, continua a presença forte de proibições relacionadas com a moral sexual e o erotismo, assim como com a religião católica. Aparece muita literatura, oriunda das editoras da época que mais literatura estrangeira publicavam: Portugália, Ulisseia, Gleba, Inquérito. E são proibidos autores traduzidos como Erskine Caldwell, Elio Vittorini (e outros autores do neorrealismo italiano), Italo Calvino, Roger Vaillant, Vladimir Maiakovsky.

Nos anos 60 os próprios censores iam tendo a noção de que, não havendo censura prévia no caso do livro, nomeadamente estrangeiro, as hipóteses da ineficácia da Censura cresciam, pois o número de traduções de literatura estrangeira foi sempre aumentando, tornando impossível a sua vigilância sistemática. Atente-se neste exemplo, respeitante à tradução duma conhecida obra do escritor americano Erskine Caldwell, *Gretta*:

(...) foca a vida desregrada das raparigas americanas que vivem nos grandes centros sem família. A obra não é pornográfica, mas é um tanto escabrosa. Acontece, porém, que a mesma já foi vertida em português e editada pela Livraria Bertrand, indo já na 4ª edição, sem ter levantado qualquer protesto. Parece-me, por isso, que não é oportuno impedir a circulação deste livro. (R 7847/1966).

4. A tradução oficial no Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)

Para além da circulação de textos estrangeiros do exterior para o sistema literário português, deve considerar-se também, para um quadro mais abrangente da tradução durante o Estado Novo, a exportação, em tradução, de textos, discursos, legislação, panfletos, material turístico etc. mandados traduzir pelo Estado para as principais línguas europeias. O objectivo era, obviamente, criar uma imagem positiva da ditadura portuguesa no estrangeiro, sobretudo europeu. Tal objectivo associava-se de imediato a propaganda que, no sentido positivo que Salazar lhe deu logo aquando da criação do SPN, destinava-se a combater a “ignorância” de jornalistas, escritores e políticos estrangeiros, pois “muitos dos que falam e escrevem sobre Portugal não visitaram nunca o País: deve haver ao dispor de uns e outros elementos bastantes para que inconscientemente não deturpem a verdade” (Salazar, 1935, pp. 260s). Acrescentaria ainda que Portugal não tem necessidade de que “se minta a seu favor, nem pode o Secretariado [o SPN] ser injusto para ninguém” (p. 262). Dos “elementos” à disposição dos estrangeiros fez parte a política de tradução dos

discursos de Salazar, empreendida pelo SPN/SNI, a que o próprio sempre esteve atento.¹⁹ A tradução tornar-se-ia, portanto, em valioso instrumento de propaganda do Estado Novo.

Depois de investigações pioneiras sobre o assunto – o historiador Medina (1977, 1998) escreveu sobre a “salazarofilia” em França e na Alemanha, e João Pedro Cotrim (2010) sobre os tradutores que trabalharam para o SNI – eu própria comecei a estudar as traduções propriamente ditas dos discursos de Salazar para as línguas europeias (Seruya, 2017, pp. 89-109; Seruya, 2018, pp. 114-133). Recupero alguns dados deste estudo, resumidamente:

- A Imprensa Nacional publica, entre 1928 e 1938, legislação portuguesa em línguas estrangeiras, com textos explicativos de Salazar; entre 1934 e 1938 SPN e Imprensa Nacional publicam em paralelo, mas esta apenas as explicações sobre legislação e orçamentos;²⁰
- Entre 1934 e 1942 o SPN encomenda, autoriza, paga, manda divulgar no estrangeiro edições de entrevistas e discursos de Salazar, mas também panfletos como o *Decálogo do Estado Novo* (1934), em inglês (*The ten commandments of the Portuguese New State*) e francês (*Décatalogue de l'état nouveau portugais*);
- Ao mesmo tempo, o SPN publica obras de e sobre Salazar em línguas estrangeiras, como a de Maurice Lewandovski, *M. Oliveira Salazar: une expérience de redressement* (Editions SPN, 1935). Também há livros e artigos sobre Salazar publicados no estrangeiro, em que o SPN/SNI colaborou, fornecendo materiais e informações. É o caso do alemão Anton Mayer e do seu livro *Portugal* (Leipzig, 1939), oferecido em dois exemplares a Salazar;²¹
- A partir de 1942 criam-se cinco colecções no SPN: “Salazar says”, “La pensée de Salazar”, “Das Denken Salazars”, “El pensamiento de Salazar”, “Il pensiero di Salazar”. Tal como nas outras traduções do SPN/SNI, também estas não fazem qualquer menção ao(à) respectivo(a) tradutor(a). Esta invisibilidade não era certamente ingénuo, antes o resultado de uma ideia de tradução absolutamente instrumental, em que não se punha sequer a hipótese de uma intervenção do tradutor na reprodução dos originais. Acrescente-se, no entanto, que outros países da Europa não teriam, nesses anos 40, um pensamento mais sofisticado sobre tradução. Tal só aconteceria muito depois da Guerra;
- Importantes para a imagem do país no estrangeiro foram ainda as grandes Exposições de Paris (1937) e Nova York (1939), e várias Feiras do Livro no estrangeiro, por exemplo a de Madrid em 1947. Há textos produzidos no âmbito destes eventos que poderão também um dia ser estudados, assim como os materiais sobre vinhos, monumentos, folclore, entre outros, que seguiam para as embaixadas no estrangeiro.

¹⁹ Em 1944 o SPN mudou de designação para Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). A troca de “Propaganda” por “Informação” “teve subjacentes efectivas preocupações de aperfeiçoamento do aparelho”, como refere acertadamente Jorge Ramos do Ó (1996, p. 895). E deve acrescentar-se a má fama que, no fim da Guerra, o termo adquirira.

²⁰ Só em 1972 a Imprensa Nacional se juntou com a Casa da Moeda, passando à designação que hoje conhecemos: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

²¹ Título completo da obra: *Portugal und sein Weg zum autoritären Staat* [Portugal e o seu caminho para um Estado autoritário]. Pode ser consultada na BNP.

O Fundo do SNI, à guarda da Torre do Tombo, possui, nas respectivas caixas, abundante e interessante documentação sobre as edições estrangeiras dos *Discursos e Notas Políticas*, bem como as versões estrangeiras das conhecidas entrevistas de António Ferro a Salazar.²² São elas a edição francesa, de 1934, com notas de Paul Valéry; a edição em língua espanhola, publicada no Chile em 1935; a edição em polaco, publicada em Varsóvia em 1935; a edição numa língua que não consegui identificar, mas publicada em Lisboa em 1938 e, ainda, a edição inglesa prefaciada por Austen Chamberlain (Londres, 1939). Nenhuma ainda está estudada, que eu saiba. Quanto às edições estrangeiras dos *Discursos*, reuni, por enquanto, dez: a francesa, em dois volumes (1937 e 1940); duas de língua espanhola, uma oriunda do Chile (1938), outra de Buenos Aires, com prefácio de Gil Robles; a alemã, com prefácio do germanista Gustavo Cordeiro Ramos e uma nota introdutória de Joseph Goebbels (Essen, 1938); a italiana (Florença, 1939); a romena (Bucareste, 1939); a polaca (Varsóvia, 1939) e a húngara (Budapeste, 1941). Destas, estão estudadas por mim cinco: as traduções francesa, inglesa, alemã e checa (Seruya, 2017, 2018), tendo a história da edição alemã sido posteriormente aprofundada (Seruya, 2019).²³

5. Conclusão

As ideias sobre tradução no Estado Novo são contraditórias, mesmo ao nível do poder. Por um lado, pode dizer-se que a importação de autores estrangeiros em grande escala a partir dos anos 40, autores que se viriam a considerar canónicos da literatura universal, aproximou os leitores portugueses de níveis mais elevados de cultura; mas a grande diversidade de traduções, que implantaram subgéneros como a novela sentimental, o *western* ou o policial, veio satisfazer também a vontade de entretenimento de um público urbano em expansão. Por outro lado, como vimos, a qualidade das traduções deixava a desejar, levando a protestos de entidades ligadas ao mercado do livro. Por sua vez, do lado do poder, o Estado tanto instituiu a censura e proibição de traduções que democratizariam o acesso ao livro estrangeiro da parte das camadas que não sabiam línguas estrangeiras, como investiu duradouramente na promoção da sua imagem e do seu chefe máximo, promovendo a tradução do regime para diversas línguas europeias. Como se vê, a tradução é tudo menos um acto inócuo.

REFERÊNCIAS

- António, L. ([1978] 2001) *Cinema e censura em Portugal 1926-1974*. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.
- Cabrera, Ana (coord.) (2013) *Censura nunca mais!: a censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo*. Lisboa: Aletheia Editores.

²² Publicadas em primeira edição em 1933, com uma segunda edição, aumentada, em 1934, e uma terceira em 1935, com novos materiais. Há uma reedição recente, prefaciada por Fernando Rosas (Parceria A. M. Pereira, 2007).

²³ Está, neste momento, em curso uma tese de doutoramento sobre a edição inglesa na Universidade Católica Portuguesa.

Seruya, T. – Ideias sobre tradução durante o Estado Novo em Portugal
Translation Matters, 2(2), 2020, pp. 13-27, DOI: https://doi.org/10.21747/21844585/tm2_2a1

- CECC e CEAUL/ULICES (2020) *Intercultural literature in Portugal 1930-2000: a critical bibliography* [online]. Available at: <http://www.translatedliteratureportugal.org> (Accessed: 21 May 2020).
- Cotrim, J. P. C. S. B. (2010) *Tradutores e Propagandistas. Da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- ‘Epidemia de traduções’ (1943) *Livros de Portugal*, 15/16, p. 2.
- ‘Estatuto de traduções’ (1943) *Livros de Portugal*, 17/18, p. 5.
- Garnier, C. ([1952]) *Férias com Salazar*. 5. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Hermans, T. (1997) ‘Translation as institution’ in Snell-Hornby, M., Jettmarová, Z. and Kaindl, K. (ed.) *Translation as intercultural communication*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 3-20.
- Korpel, L. (1993) ‘The discourse on translation in the Netherlands (1750-1800)’ in Lambert, J. and Lefevere, A. (ed.) *La traduction dans le développement des littératures/Translation in the development of literatures*. Bern: Peter Lang/Leuven University Press, pp. 115-125.
- Medina, J. (1977) *Salazar em França*. Lisboa: Ática.
- Medina, J. (1998) ‘Salazar na Alemanha: acerca da edição de uma antologia salazarista na Alemanha hitleriana’, *Análise Social*, 33(145), pp. 147-163.
- Merkle, D. (2009) ‘Vizetelly & Company as (ex)change agent: towards the modernization of the British publishing industry’ in Milton, J. and Bandia, P. (ed.) *Agents of translation*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 85-105.
- Milton, J. and Bandia, P. (2009) ‘Introduction. Agents of translation and Translation Studies’ in Milton, J. and Bandia, P. (ed.) *Agents of translation*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 1-18.
- Nogueira Pinto, J. (2007) ‘Prefácio à 2ª edição’ in Henriques, M. C. e Sampaio e Mello, G. (ed.) *Salazar. Pensamento e doutrina política*. Lisboa: Verbo, pp. I-XVII.
- Ó, J. R. (1996) ‘Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)/Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)/Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)’ in Rosas, F. e Brandão de Brito, J. M. (ed.) *Dicionário de história do Estado Novo, vol. II*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 893-96.
- O’Sullivan, C. (2009) ‘Translation within the margin: the “libraries” of Henry Bohn’ in Milton, J. and Bandia, P. (ed.) *Agents of translation*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 107-129.
- Pais, C. C. (1997) *Teoria diacrónica da tradução portuguesa: antologia, séculos XV-X*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Pereira, A. (1967) ‘O preço do livro é problema de venda?’, *Jornal de Notícias*, 17 ago. 1967; *Livros de Portugal*, 107, pp. 13-19.
- Pimentel, I. F. (2018) *Inimigos de Salazar*. Lisboa: Clube do Autor.
- Pinho, J. A. (2006) *O escritor invisível: a tradução tal como é vista pelos tradutores portugueses*. Matosinhos: Quidnovi.
- Pinto, A. C. (1991) ‘The literary aspirations of Portuguese Fascism’ in Larsen, S. U. and Sandberg, B. (ed.) *Fascism and European literature. Faschismus und europäische Literatur*. Bern: Peter Lang, pp. 238-253.
- Pinto, A. C. (1994) *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Rosa, J. A. P. (1968) 'A tradução literária e os seus problemas', *Diário de Lisboa*, 29 fev. 1968; *Livros de Portugal*, 113, pp. 17-19.
- Rosas, F. (1994) *História de Portugal, vol. VII: o Estado Novo (1926/74)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Salazar, O. (1935) *Discursos 1928-1935*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- Salazar, O. (1939) *Doctrine and action: internal and foreign policy of the New Portugal 1928-1939*. Tradução de Robert Edgar Broughton. London: Faber and Faber.
- Santos, G. (2004) *O espectáculo desvirtuado: o teatro português sob o reinado de Salazar (1933-1968)*. Lisboa: Caminho.
- Seruya, T. (2005) 'Coleções e bibliotecas entre os anos 40 e os anos 70: apontamentos para uma história da colecção Livros RTP – VERBO' in Seruya, T. (org.) *Estudos de tradução em Portugal* (Colecção Livros RTP – Biblioteca Básica Verbo, I). Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 31-52.
- Seruya, T. (2017) 'Salazar translated: on translation and power under the Estado Novo (1933-1950)' in Moniz, M. L. and Lopes, A. (ed.) *The age of translation: early 20th century concepts and debates*. Frankfurt am Main: Peter Lang, pp. 89-109.
- Seruya, T. (2018) *Misérias e esplendores da tradução no Portugal do Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Seruya, T. (2019) 'Tradução, entre propaganda e diplomacia: a história da edição alemã dos Discursos de Salazar' in Sträter, T. and Vejmelka, M. (ed.) *Santa Barbara Portuguese Studies, vol. 3: Theory and practice of translation in the Portuguese speaking world*. Santa Barbara: University of California [online]. Disponível em: https://sbps.spanport.ucsb.edu/sites/default/files/sitefiles/04_Seruya.pdf (Acesso: 1 dez. 2019).
- Seruya, T. and Moniz, M. L. (2008) 'Foreign books in Portugal and the discourse of censorship in the 1950s' in Seruya, T. and Moniz, M. L. (ed.) *Translation and censorship in different times and landscapes*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, pp. 3-20.
- Silva, A. (1967) 'A crise do livro', *Livros de Portugal*, 106, pp. 16-18.
- Simões, J. G. (1937) 'Livros da semana', *Diário de Lisboa*, 26 ago. 1937.

Sobre a autora: Teresa Seruya é professora catedrática aposentada da Universidade de Lisboa. Ensinou e publicou sobre Literatura e Cultura em língua alemã, e História e Teoria da Tradução. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa, onde codirige os projectos "Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: a Critical Bibliography" e "Tradução e Censura ao livro estrangeiro durante o Estado Novo".